

Nas entrelinhas

por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.digadabr.com.br



Dia de apaziguamento

Dia do Soldado, 25 de agosto, não foi bom para o presidente Jair Bolsonaro. Pela manhã, participou de solenidade militar na Avenida do Exército, no Setor Militar, em homenagem ao patrono da Força, Duque de Caxias. Ouvia um discurso moderado do comandante do Exército, general Paulo Sérgio, que reafirmou o compromisso da cúpula militar com a Constituição e o respeito aos Três Poderes da República. Bolsonaro decidiu não discursar, embora seu pronunciamento estivesse previsto pelo cerimonial. Não foi nada demais, pois não é mesmo de praxe o presidente da República falar como “comandante supremo” nessa solenidade.

O silêncio de Bolsonaro foi interpretado como um gesto cauteloso, tendo em conta que outras decisões importantes estavam para ocorrer no decorrer do dia. Não deu outra: no final da tarde, o ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), arquivou a ação de Bolsonaro que questionava a abertura de inquéritos na Corte sem aval do Ministério Público, com base no seu regimento interno. A mesma decisão foi aplicada a mais três processos, movidos pelo PTB, sobre o tema. Bolsonaro questionava o artigo nº 43 do regimento interno do Supremo, que autoriza o presidente do STF a instaurar inquérito para investigar “infração à lei penal na sede ou dependência do tribunal, se envolver autoridade ou pessoa sujeita à sua jurisdição”.

O pedido tentava barrar as investigações sobre a rede de fake news de extrema-direita utilizada para ameaçar o Supremo e integrantes da Corte, que estão sendo conduzidas pelo ministro Alexandre de Moraes. Essas investigações tiram o sono de Bolsonaro, porque, supostamente, aliados próximos e seus filhos Eduardo, deputado federal;

e Carlos, vereador no Rio; estariam envolvidos. À noite, houve outra derrota de Bolsonaro: o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), decidiu rejeitar o pedido de impeachment apresentado pelo chefe do Executivo contra Moraes. O parecer da Advocacia-Geral do Senado considerou a representação improcedente, por não se amparar na legalidade. “Não há justa causa para o pedido”, fulminou o presidente do Senado, em entrevista coletiva. Pacheco havia recebido o pedido na sexta-feira. Apesar de fleumático por natureza, o senador mandou o pedido para o arquivo em decisão monocrática.

Os três episódios são um balde de água

fria na agitação que está sendo feita pelos apoiadores de Bolsonaro nas redes sociais, clamando pelo impeachment de Moraes, pela aprovação do voto impresso e por uma intervenção militar. Com essas palavras de ordem, partidários de Bolsonaro estão sendo convocados para duas grandes manifestações, uma em São Paulo, que promete ocupar a Avenida Paulista, e outra em Brasília, na qual prometem cercar a capital e invadir o Supremo. O engajamento direto do presidente da República nessa mobilização, ao prometer comparecer aos dois eventos, havia criado um clima de instabilidade política em Brasília e insegurança no mercado financeiro. O movimento estava sendo considerado um balão de ensaio para um golpe de Estado.

Estranhamento

Tanto o questionamento do inquérito das fake news quanto o pedido de impeachment de seu titular, o ministro Alexandre de Moraes, serviam como plataforma de mobilização dos partidários de Bolsonaro, assim como servirá, também, a proposta de voto impresso, que foi sepultada pela Câmara, em expressiva votação. A escalada de confrontação de Bolsonaro, porém, levou-o ao isolamento político.

As atitudes de Bolsonaro contra o Supremo estão fracassando, pois a radicalização provoca estranhamento dos aliados do Centrão e dos políticos moderados. É o caso do ex-presidente Michel Temer, que ontem e terça-feira circulou por Brasília, para conversas com a cúpula do seu partido e outras lideranças políticas. Interlocutor eventual de Bolsonaro, lançou o novo programa da legenda, uma espécie de atualização da Ponte do Futuro, no qual a MDB propõe o reposicionamento do centro político em torno de três eixos: defesa da democracia, desenvolvimento inclusivo e governo funcional. Temer é uma espécie de oráculo das novas lideranças do MDB, às quais está recomendando não antecipar o processo eleitoral. “Precisamos aproveitar os próximos seis meses para sair da pandemia e retomar a atividade econômica, essa deve ser a prioridade”, argumenta.

PRECATÓRIOS / Vice-presidente do TCU, Bruno Dantas defende que Congresso busque alternativa e diz que retirar o pagamento desses débitos do teto de gastos pode ser um “desastre”

Crítica a parcelamento

O vice-presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Bruno Dantas, criticou a proposta do governo de parcelar o pagamento de dívidas judiciais, os chamados precatórios, e defendeu a discussão no Congresso de uma solução alternativa para a fatura, estimada em R\$ 89,1 bilhões para 2022. Ele disse, também, que a opção prevista por integrantes do Executivo de retirar o pagamento desses débitos do alcance do teto de gastos (que limita o avanço das despesas à inflação) pode resultar em um “desastre”.

“Tirar precatórios do teto, na minha forma de ver, é um desastre e não deveria sequer ser discutido”, afirmou Dantas, durante painel na Expert XP. “Há outras maneiras inteligentes de lidar com o problema.”

Embora o ministro da Economia, Paulo Guedes, insista no parcelamento, outros integrantes do governo discutem um “plano B” para resolver o espaço no Orçamento, o que inclui proposta de retirada total ou parcial dos precatórios do teto de gastos.

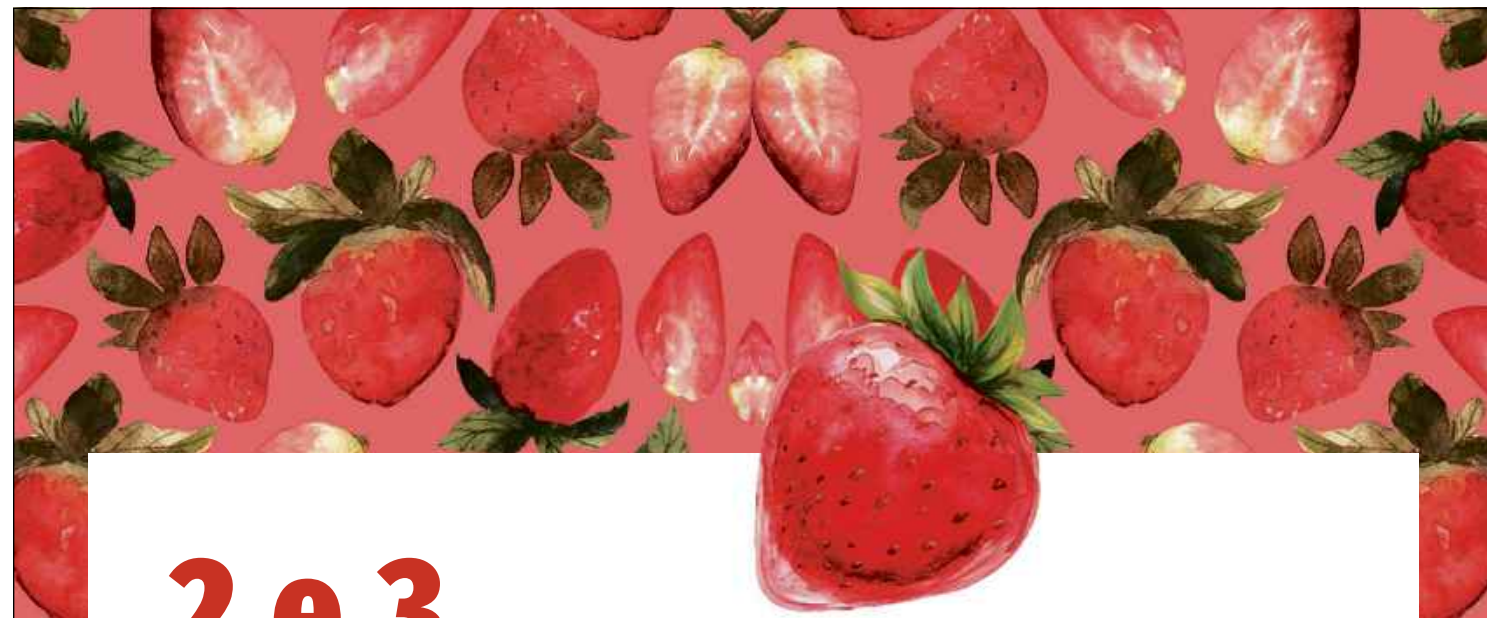
Crítico dessa alternativa, Dantas também afirmou que o

parcelamento é deletério, inclusive para a credibilidade do país perante seus investidores, uma vez que o credor levará 10 anos para receber. “Se vou levar 10 anos para receber da União uma dívida judicial, líquida e certa, que tem capacidade ‘infinita’ de financiamento, como vou comprar dívida do governo?”, questionou.

Dantas advertiu também para “consequências políticas” do parcelamento que não necessariamente foram consideradas pela equipe econômica. Ao criar uma ordem decrescente de valor para decidir se a dívida

será paga em prestações, os principais credores serão incluídos no parcelamento — o que alcança os precatórios de estados que venceram ações no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a União.

Apenas os estados têm R\$ 15,6 bilhões a receber em 2022, relativos ao Fundef — fundo para o desenvolvimento do ensino fundamental e valorização do magistério, que vigorou até 2006. “Três estados governados por oposição são atingidos. É uma regra que politiza o debate, que não deveria ser politizado”, alertou.



2 e 3 QUARTOS

NOROESTE | SQNW 307

RESIDENCIAL NÍVIO GONÇALVES



Perspectiva do Living - apartamento 2 quartos



Perspectiva da Fachada



Perspectiva do Duplex



Perspectiva do Terraço e Churrascaria

ENTREGA JUN/23

2 QUARTOS

73 a 84 m²
Até 2 vagas de garagem

VISITE O APTº DECORADO

3 QUARTOS

115 m²
2 vagas de garagem

COB. DUPLEX

148 a 170 m²
2 vagas de garagem

ÁREAS COMUNS

Entregues equipadas e decoradas

QUALIDADE

Lazer completo Elevador até a cobertura

PROJETO MKZ Arquitetura | DECORAÇÃO Cybele Barbosa Arquitetura



ACESSE E SAIBA MAIS

INCORPORAÇÃO, CONSTRUÇÃO E VENDAS

Paulo Octavio

3326.2222

www.paulooctavio.com.br

VISITE NOSSAS CENTRAIS DE VENDAS

208/209 NORTE

(Eixinho, ao lado do McDonald's)

NOROESTE

(CLNW 2/3)

ÁGUAS CLARAS

(Av. Araucárias)

GUARÁ II

(QI 33 Lote 2)